

A AÇÃO DE UMA COMPANHIA PRIVADA DE COLONIZAÇÃO NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO NORTE PARANAENSE

Edson dos Santos Dias¹
Margareth de Castro Afeche Pimenta²

Resumo: O presente artigo traz algumas informações e análises sobre uma série de elementos que compõem a formação histórico-espacial do Norte do Estado paranaense. Trata-se da incorporação do Norte do Paraná ao processo de acumulação capitalista, a partir da expansão da cafeicultura paulista sobre essa porção do Paraná. Aproveitando-se dessa conjuntura favorável para seus objetivos, foi desencadeado um conjunto de ações por parte de uma empresa privada de colonização - a Companhia de Terras Norte do Paraná -, a qual empreendeu um projeto imobiliário de grande escala que iria adquirir fama nacional. Esse projeto deixou registrado, na organização espacial planejada inicialmente, as bases da ocupação agrária, urbana e rodo-ferroviária, as quais, ainda nos dias de hoje influenciam a realidade enquanto um fator espacial socialmente constituído.

Palavras-chaves: cafeicultura; colonização planejada; Norte do Paraná.

Summary: The present article brings some information and analyses of a series of elements that compose the historical-spacious formation of the North of Paraná state. It is about the incorporation of the North of Paraná to the process of capitalist accumulation, starting from the expansion of the coffee-growing from São Paulo to that portion of Paraná. Taking advantage of that favorable conjuncture for its objectives, it was made a group of actions from the part of a private company of colonization - A Companhia de Terras Norte do Paraná -, which undertook a real state project of great scale that would acquire national fame. That project left registered, in the spacious organization drifted initially, the bases of the agrarian, urban and highway-railroad

¹ Prof^o da UNIOESTE/ Campus de M.C.Rondon. Doutorando na UNESP/ Campus de P.Prudente.

² Prof^a Dr^a do Curso de Pós-Graduação em Geografia da UFSC.

occupation, the ones which, still on the current days have influenced the reality while a spacious factor socially constituted.

Word-keys: coffe-growing; planned colonization; North of Paraná

1. Expansão da cafeicultura - o elo entre o Norte do Paraná e o interior paulista

Nas primeiras décadas do século XX, a incorporação do norte do território paranaense ao processo de acumulação capitalista, que se irradiava a partir de São Paulo, está estreitamente relacionada à forma de atuação de um grupo de capitalistas ingleses que, num primeiro momento, aproveitou-se dessa situação favorável para empreender um projeto imobiliário que iria adquirir fama nacional.

Diversas obras consultadas sobre a cafeicultura paranaense convergem para a perspectiva de observar a ocupação do **Norte do Paraná** enquanto resultado do prolongamento da atividade cafeeira desenvolvida em terras paulistas, onde o café já despontava desde a primeira metade do século XIX.

Mas a importância desse produto, para a economia brasileira, tem sua origem muitos anos antes, pois, em razão da contestação do domínio francês por escravos rebelados no ano de 1791, o Haiti, na época, um importante produtor de café, envolveu-se em turbulências políticas que resultaram no aumento do preço do café no mercado internacional. Essa alta de preços possibilitou ao café brasileiro adquirir destaque nacional, enquanto produto de exportação.

De acordo com informação encontrada em FURTADO (1991: 113-114), a produção cafeeira, então concentrada na região montanhosa do Estado do Rio de Janeiro³, aproveitou-se, nessa primeira fase de expansão, dos recursos subutilizados (mão-de-obra escrava, transporte por mulas) da economia mineira em desagregação e estendeu-se em direção ao Estado de São Paulo.

Como bem frisa MARTINS (1979: 108), o café é uma **cultura**

³ Aqui está se considerando o início do período que levaria à expansão da cafeicultura ligado à importância que o produto estava adquirindo nas exportações brasileiras, e não à introdução da cultura no Brasil, o que ocorreu no começo do século XVIII em outros pontos do país, então voltado apenas para o consumo local.

itinerante, cujo roteiro inicial, quando adquire importância comercial, dá-se nas cercanias do Rio de Janeiro, no final do século XVIII, deslocando-se progressivamente até a província de São Paulo, tendo tomado toda a região paulista do Vale do Paraíba no período correspondente à primeira metade do século XIX. No começo da segunda metade do século XIX, o café penetrou na região central da província paulista espalhando-se até o extremo Oeste de São Paulo nos primeiros anos do século XX. Nas décadas de trinta e quarenta, expandiu-se pelo Norte do Paraná, tomando o rumo Oeste do Estado e atingindo, inclusive, o Paraguai. Toda essa apropriação espacial de novas regiões, pela atividade cafeeira, ocorria ao mesmo tempo em que, na maior parte das regiões antigas, a cultura era abandonada.

O território paulista tornou-se indelevelmente marcado pelas transformações resultantes da “marcha” do café. Para MATOS (1990: 43), essa atividade, conforme avançava conquistando novos espaços, “...povoaria regiões novas, abria zonas pioneiras, plantaria um rol de cidades vivas, que durante muito tempo vão viver do café, e as quais, quando ele as abandonou, sempre na sua itinerância, procurarão outros embasamentos econômicos e às vezes de tal maneira que, visitando-as hoje, nem nos lembramos de que ali, um dia existiu café.”

As áreas recém-ocupadas, num período de tempo geralmente curto, tinham suas paisagens inteiramente modificadas, integrando-se às demandas da formação capitalista, sendo que essa integração da frente de expansão resultava de uma dupla relação: 1- ocorria a absorção do excedente demográfico que não podia ser contido dentro da fronteira econômica; 2 - tinha-se a produção de excedentes, no caso o café, que se realizava como mercadoria dentro da economia de mercado. (MARTINS, 1975: 46).

A expansão da cafeicultura, cujo trajeto já foi delineado e atingiu diferentes áreas do país, alcançou sua maturidade no Estado de São Paulo, especialmente nos anos vinte, quando o café atingiu o ápice de sua participação no total das divisas geradas pelas exportações, contribuindo, no ano de 1924, com 75% da arrecadação. (BRASIL, 1973: 13).

Essa atividade, constituindo-se no instrumento através do qual novas relações sócioeconômicas eram estabelecidas no país, motivou uma dinâmica de ocupação do interior de São Paulo, dirigida por paulistas que se deslocavam de uma região do Estado para outra, rumo ao Oeste, incitados pela busca de melhores condições de vida ou acumulação de mais riquezas, conforme a classe social. Além disso, as cidades de São

Paulo e Santos eram referências no que tange às relações econômico-financeiras e à exportação do produto, respectivamente.

As características mencionadas acima não se limitavam às frentes pioneiras do Estado de São Paulo, mas diziam respeito a territórios de outros Estados, como era o caso do Norte do Paraná, pois, até o início da década de sessenta, grande parte da produção cafeeira proveniente dessa região era exportada através do porto de Santos, cuja ligação rodoviária mostrava-se mais eficiente que aquela direcionada para o porto paranaense de Paranaguá.

Somente com a gradativa melhoria da ligação rodoviária com a cidade portuária de Paranaguá, através da construção da “rodovia do café” em 1961, que a maior parte do café produzido no Paraná passou a ser exportado por essa saída. (PADIS, 1981a: 126).

1.1 A crise mundial de 1929 e seus desdobramentos na economia brasileira e paranaense

Sendo o café tão sensível às ressonâncias do mercado internacional, toda a fase compreendida por esse ciclo esteve sujeita a sobressaltos econômicos - períodos de crise e altos lucros, superproduções e políticas econômicas internas favoráveis aos fazendeiros, os quais tinham muito prestígio junto ao governo. Além desses fatores, a especulação comercial a nível internacional, envolvendo influentes agentes financeiros, ofereciam o contorno da situação cafeeira no país.⁴

A crise mundial de 1929 torna o contexto econômico brasileiro ainda mais delicado, em razão dos seus reflexos no mecanismo de organização econômica da atividade cafeeira no país, tendo desdobramentos políticos imediatos. A referida crise enfraqueceu a oligarquia cafeeira e também o governo - “República Velha”, apoiado pelos fazendeiros de café. Durante as eleições presidenciais de 1930, um político mineiro deveria assumir o cargo - dentro da política “café com leite” -, mas os paulistas indicaram Júlio Prestes. Com o rompimento entre o Partido Republicano Mineiro e o Partido Republicano Paulista, grupos de oposição articularam-se para disputar a eleição, vencida por

⁴ Essa questão é tratada de forma precisa em PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

Júlio Prestes. Alegando fraude, o gaúcho Getúlio Vargas, da Aliança Liberal, liderou um movimento que o colocou no poder em 1930.

Após ter dominado a revolução paulista de 1932, precipitada pelos fazendeiros paulistas insatisfeitos com a política econômica, o governo de Getúlio Vargas procurou, como outros governos já haviam tentado antes, deter a proliferação de novos cafezais, para não aumentar o estoque do produto no país.

Essa breve retrospectiva histórica está sendo apresentada para destacar que as plantações não estavam interdidas no Estado do Paraná, pois aplicou-se a proibição apenas para aqueles Estados que possuísem mais de cinquenta milhões de pés de café, o que ainda não era o caso do Paraná, o qual contava, por essa época, com considerável parte de seu território coberto de mata nativa.

O governo paranaense tinha interesse em incentivar a cafeicultura porque, apesar das dificuldades conjunturais, ainda era o produto mais importante da lista de exportações do país, contando, por esta razão, com o apoio do governo federal. A deliberação para que a proibição fosse válida somente para Estados com mais de cinquenta milhões de cafeeiros, foi resultado da pressão do governo paranaense, pois a concessão de terras para particulares era uma promissora fonte de renda para os cofres públicos do governo. Se a interdição fosse válida também para o Paraná, muitos dos pequenos lavradores que, nesse período, estavam dirigindo-se para esse Estado, deixariam de comprar terras, frustrando as expectativas da arrecadação obtida com as transferências das terras loteadas. (CANCIAN, 1981: 32-33).

Não deve ser subestimado o poder de pressão das Companhias colonizadoras que atuavam na região, em especial a maior delas, a CTNP - Companhia de Terras Norte do Paraná, cujos investimentos no empreendimento imobiliário haviam começado no ano de 1925, poucos anos antes da crise de 1929. Um indício da pressão exercida por essa empresa junto ao governo federal, na época, pode ser encontrado nessa passagem de uma publicação da empresa: "O Brasil produzia mais café do que as necessidades mundiais, de modo que passou a queimá-lo. Proibiram-se novas plantações por decreto federal, e embora se fizesse uma exceção limitada para a Companhia Norte do Paraná (**graças a esforços tenazes por parte da Companhia**) poucas pessoas tinham fé suficiente para enterrar nela seu dinheiro." [Sem grifo no original] (CMNP, 1956: 4).

Por conta de tudo isso, a cafeicultura paranaense, a qual já vinha se

desenvolvendo desde o começo da década de vinte, em razão dos altos preços adquiridos pelas terras paulistas e de doenças que atingiram os cafezais em algumas regiões daquele Estado, recebeu um importante impulso, levando a uma intensificação da ocupação das terras norte paranaenses.

1.2 A estreita ligação entre a expansão da cafeicultura e o processo de povoamento moderno da região norte paranaense

A fase de povoamento da região, inaugurada com a entrada do café, teve como um dos marcos o empreendimento desenvolvido por alguns fazendeiros paulistas atraídos pelas manchas da famosa terra-roxa. Entre esses fazendeiros, o mais regularmente mencionado é o senhor Antonio Barbosa Ferraz, importante fazendeiro em Ribeirão Preto, onde possuía grandes extensões de terra, e que adquire, em 1910, uma gleba situada na fronteira com o Paraná, entre Ourinhos-SP e Cambará-PR, plantando um imenso cafezal. Esse fazendeiro, juntamente com outros investidores da região, percebendo a necessidade de uma via de escoamento para o produto, organiza uma empresa (Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná), com o objetivo de prolongar os trilhos a partir de Ourinhos, o que começou a ser feito em 1922, com destino a Cambará, atingida pelos trilhos no ano de 1925, perfazendo um total de 29 quilômetros de estrada de ferro construída. A construção da ferrovia mostrava-se como elemento indicador para o colonizador da região norte-paranaense, de que este não ficaria isolado em sua propriedade, e o escoamento da safra estava garantido.

Uma importante corrente migratória formou-se em direção às zonas novas paranaenses, oriunda das antigas zonas paulistas, onde a produtividade encontrava-se em declínio. Como ocorrera no Estado de São Paulo, o deslocamento era influenciado pela produtividade do café nas áreas novas, pois as áreas ocupadas pelo café há muito mais tempo apresentavam seus solos já exauridos pela sustentação da cultura, acarretando uma diminuição da quantidade produzida, enquanto as áreas novas, recém-desmatadas, geralmente apresentavam grande produção. Inclusive, a fertilidade do solo do Norte do Paraná adquiriu fama nacional, sendo a **terra-roxa** sempre associada a altos índices de produtividade agrícola.

○ Estado do Paraná realmente atingirá uma produtividade singular,

tendo seu auge na década de cinquenta, como comprova-se observando que, em 1952, os cinco primeiros municípios na produção cafeeira do Brasil são do Norte do Paraná.⁵ Conforme acrescenta CANCIAN (1981: 45), nessa época o preço do café sofreu uma elevação no mercado internacional, chegando a obter, no ano de 1954, o maior preço médio absoluto do período, revertendo na busca acelerada de mais terras virgens de alta fertilidade para o plantio, as quais encontravam-se disponíveis rumo ao norte-noroeste do Estado paranaense.

As grandes levas de migrantes que se dirigiam para essa região eram constituídas, em sua maior parte, por mineiros e paulistas, mas contou com a participação também dos imigrantes alemães, italianos e japoneses.

Amparado em dados de 1970, referentes à população recenseada no Paraná, segundo o Estado de nascimento, PADIS (1981b: 63) constatou que mais de um terço da população do Paraná era formada por migrantes oriundos de outras regiões do país, sendo que os mineiros e paulistas constituíam o maior número entre esses migrantes. Ainda de acordo com a avaliação desse autor, pelo fato de a região **Norte do Paraná** ter sido indiscutivelmente a mais procurada pelas correntes migratórias vindas desses dois Estados, pode-se supor que a maioria da soma da população paulista e mineira residente no Estado, nessa época, morava na região norte.

A mobilidade dessas pessoas, em direção ao Paraná, aponta os contornos da frente de expansão caracterizada por MARTINS (1975: 46), tendo o norte do Estado absorvido o excedente demográfico de regiões antigas e incorporado as relações da economia de mercado, visando a produção de excedentes - principalmente o café - para serem comercializados.

Entretanto, se a história da ocupação do norte do Paraná encontra-se estreitamente vinculada à evolução da economia cafeeira paulista, isso não significa que o processo de ocupação e organização espacial tenha se dado da mesma maneira. Evidentemente, existem particularidades para serem consideradas, até porque o contexto histórico, que então se delineava, era outro.

De fundamental importância foram, também, as estratégias desencadeadas pelo governo do Estado do Paraná e pelas empresas

⁵ Os cinco municípios são: Bela Vista do Paraíso (2.200.000 arrobas), Apucarana (1.500.000 arrobas), Cornélio Procopio (1.457.000 arrobas), Assaí (1.500.000 arrobas) e Mandaguari (1.200.000 arrobas). (MÜLLER, 1956: 94).

privadas de colonização para ocupar a região. Uma passagem esclarecedora sobre a diferença no processo de ocupação dos territórios paulista e paranaense é encontrada em MONBEIG (1984: 211):

No Estado de São Paulo todas as terras são de propriedade particular, tanto as de florestas como as de campos. Isso se deve à legislação fundiária, ao povoamento da fase inicial e à perseverança dos grileiros. A noção de terra pertencente ao Estado é tão estranha à mentalidade paulista, que foi impossível manter uma reserva florestal na serra do Diabo. No Paraná a situação é diferente e o governo do Estado possui ainda [o autor está se referindo ao ano de 1949] grandes extensões de florestas. Se, às vezes, ele mesmo criou centros de colonização, no norte do Estado preferiu vender glebas a empresas de grande porte. Dessa forma, para onde quer que se dirija, o avanço paulista encontra sempre propriedades privadas. O pioneiro não pode, portanto, como nos países de *free land*, instalar-se a seu bel-prazer e criar amplos patrimônios, limitado apenas pelas suas possibilidades de trabalho, sem despesa e sem o risco de ser barrado pela propriedade de um vizinho. Aqui, ele deve instalar-se em um quadro preestabelecido, **com limites traçados pelo proprietário da terra que ele comprou.** [sem grifo no original]

Proprietário esse constituído pelas companhias particulares de colonização no Paraná, as quais adquiriram extensas áreas de terras e tiveram um papel decisivo na ocupação do norte do Estado, apesar das estratégias e dimensões das empresas apresentarem particularidades em cada caso.

A empresa de maior expressão, quanto ao projeto imobiliário de colonização do norte paranaense, foi a Companhia de Terras Norte do Paraná (A partir de 1951, a denominação dessa empresa passou a ser Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), interferindo diretamente no processo de ocupação dessa região, e usufruindo, inclusive, de satisfatória autonomia para o desenvolvimento do seu projeto.

2. A ação empresarial da CTNP/CMNP - da venda de terras à produção agroindustrial

Na segunda década do século XX, o governo paranaense adotou uma política de colonização voltada para a entrega de concessões em grande número a empresas particulares, com a condição dessas assumirem o compromisso de conduzir o processo de colonização da região. Apenas

no ano de 1919 foram realizados onze contratos de concessões para empresas interessadas em atuar no Norte do Paraná. Essas concessões, porém, resultaram numa série de ações conflituosas, devido à confusão referente à legitimidade dos títulos de posse, e quebra, por parte das concessionárias, de várias cláusulas contratuais firmadas com o governo, como a venda de áreas maiores do que o tamanho máximo estipulado, ou a não ocupação da área dentro do prazo mínimo exigido.

Após a Revolução de 1930 o governo de Getúlio Vargas, assumindo com um discurso moralizador, nomeou um interventor para o Paraná, o qual suspendeu a maioria das antigas concessões, sendo que a Companhia de Terras Norte do Paraná não foi atingida por essa medida. Essa ação do governo significou uma devolução de aproximadamente 2.300.000 ha para o domínio do Estado, que colonizou essa área por iniciativa estadual, associada ou não à empresas particulares. (LOPES, 1982: 84).

Atuando no processo de colonização, algumas empresas de capital estrangeiro tiveram papel marcante, tornando-se referências quando se faz o resgate histórico da ocupação norte paranaense.

Entre essas empresas, a “Sociedade Colonizadora do Brasil Limitada”, formada por capital japonês e fundada em 1929 (não existe mais atualmente), adquiriu 18.000 alqueires no norte do Paraná e instalou 3.000 nipônicos no atual município de Assaí, os quais dedicaram-se principalmente à produção do algodão. (CAMBIACHI, 1953: 87). No entanto, o empreendimento relacionado à ação dessa empresa japonesa foi pouco expressivo, no tocante a sua dimensão e raio de abrangência, quando comparado com o projeto desenvolvido por outra empresa estrangeira, a **Companhia de Terras Norte do Paraná**. Essa última, aproveitando-se da expansão da cafeicultura, conduziu o seu projeto imobiliário e interferiu diretamente na futura configuração de uma extensa área do Norte do Estado.

Enquanto empresa colonizadora, interveio, no primeiro momento de ocupação, nos meios rural e urbano dessa região, através da venda de terras, organização de uma infra-estrutura urbana mínima e desenvolvimento rodo-ferroviário. Todas essas iniciativas encontravam-se interligadas enquanto estratégia empresarial de um empreendimento capitalista voltado, em sua fase inicial, para a venda de terras.

Sobre a constituição da empresa, faz-se necessário recuar alguns anos antes da sua fundação oficial, procurando suas origens em uma comissão inglesa de caráter financeiro, conhecida como “Missão Montagu”, organizada para proceder a um levantamento da situação econômica brasileira no final do ano de 1923.

Oficialmente, consta que a missão veio a convite do governo do país, então presidido por Arthur Bernardes, mas essa declaração gerou muita controvérsia, com historiadores e jornalistas afirmando que a missão foi uma imposição dos ingleses, que eram os principais credores do Brasil nessa época. A esse respeito, BUESCU (1984: 180) faz uma observação perspicaz: “O envio de uma missão econômica inglesa ao Brasil, como aconteceu com outras missões do ‘centro’ para vários países, naquela época e depois, pode ter correspondido a interesses ingleses, mas o Governo brasileiro, se fez o convite ou apenas aceitou a visita, tinha, também, seus propósitos.” Parece-nos bastante plausível que esses propósitos referiam-se a um novo empréstimo de vinte e cinco milhões de libras, pleiteado pelo governo do presidente Bernardes. (JOFFILY, 1985: 42).

A missão não era governamental, mas tinha entre seus membros diversas pessoas próximas ao governo inglês, a começar pelo chefe da missão, Edwin S. Montagu, ex-secretário financeiro do Tesouro da Inglaterra. Outro membro da referida missão era Simon Joseph Fraser, mais conhecido como Lord Lovat, homem já experiente em projetos imobiliários de colonização organizados no Sudão.

Esse empresário inglês incursionou pelas terras paulistas e do Norte do Paraná, com o objetivo de avaliar a rentabilidade de possíveis investimentos na região. A experiência do cultivo de algodão em terras brasileiras, empreendida por um grupo de empresários ingleses, inclusive Lord Lovat, indicou o início da organização do que viria a constituir-se no projeto imobiliário realizado em terras paranaenses. A citação abaixo, apresenta, de forma concisa, os desdobramentos iniciais ligados à atuação desse grupo de capitalistas ingleses.

Outro de seus interesses [sic] imediatos era a possibilidade do cultivo do algodão em larga escala. Os primeiros frutos de sua visita ao Brasil foram o lançamento, no mesmo ano, da “Brazil Plantations Syndicate”, que adquiriu duas fazendas e fez [sic] a sua primeira plantação antes do fim daquele [sic] ano. A história dessa campanha não foi um sucesso completo. O plantio do algodão num período de preços baixos, com sementes deterioradas, as únicas então disponíveis, e numa época de alta no preço do cultivo, produziu resultados decepcionantes; mas por outro lado, a aquisição sensata das terras, que valorizaram consideravelmente, compensou as perdas. (CMNP, 1956: 1)

Incentivado por essa experiência, o grupo reforça o interesse em criar um projeto imobiliário de grande dimensão próximo à região

cafeeira, sendo que o vizinho Estado do Paraná dispunha de muitas terras que se enquadravam dentro dos objetivos desses empresários.

2.1 Constituição da Companhia Colonizadora e compra de terras junto ao governo do Estado

Para a efetivação do projeto de colonização, foi necessário um aumento de capital da Brazil Plantations Syndicate, de 200 mil para 750 mil libras esterlinas, o que motivou a liquidação dessa empresa e a formação da Paraná Plantations Company, procurando levantar um fundo maior para constituir a empresa. (CMNP, 1975: 56-57).

Após essa etapa, desenrolada em Londres, foi constituída, em 1925, a Companhia de Terras Norte do Paraná, com sede em São Paulo, cujo objetivo era especificamente a exploração e colonização das terras norte paranaenses.

A CTNP adquiriu, junto ao governo do Estado do Paraná, no período de 1925 a 1927, a vultosa cifra de 515.017 alqueires de terras de excelente qualidade para a agricultura (conhecidas como terra-roxa), localizadas entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí. Essa venda causou polêmica na época, porque o valor pago ao Estado para a aquisição das terras foi baixo. Enquanto em 1918, o preço da terra, por hectare, em Ourinhos, era de 123\$000, a extensa área de terra-roxa, no Norte do Paraná, foi vendida para a Companhia por 8\$000 o hectare. (JOFFILY, 1985: 89-90). Mesmo considerando que se tratava de terra virgem, exigindo consideráveis investimentos para a sua ocupação, a diferença entre as duas situações é desproporcional.

Essa conjuntura favorável para a compra das terras ocorreu, segundo a Companhia, porque "... manifestou-se desde logo a compreensão e o apoio do Governo Estadual, que tinha à sua frente a figura do saudoso Dr. Affonso de Camargo, cuja decidida colaboração muito influiu para o êxito da transação." (CMNP, 1975: 59).

Esse apoio do governo teve desdobramentos futuros, como pode ser observado nessas informações destacadas por HOFF (1991: 33), em que se indica o estreitamento das relações econômicas com capitalistas ingleses, após a venda das terras:

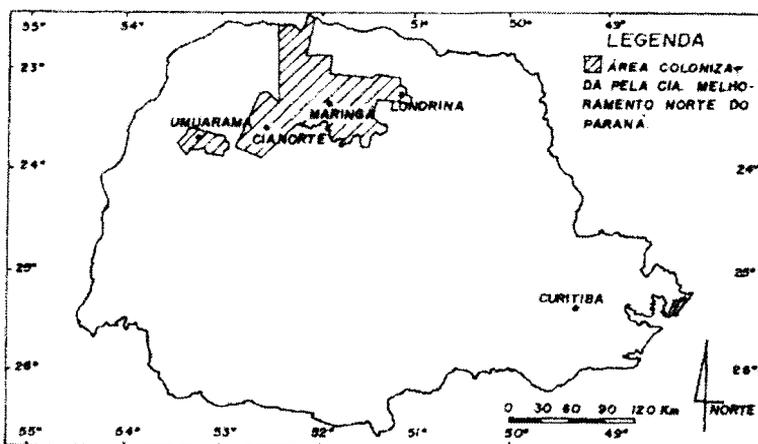
Em maio de 1926, o governo do Paraná conseguiu um empréstimo de bancos ingleses no valor de 7.200.000 dólares para resgate da dívida do Estado e para a construção do porto de Paranaguá. Em abril de 1928, o Presidente Affonso Camargo, que havia assumido pela segunda vez a

presidência do estado, vende 2 mil apólices do porto de Paranaguá aos ingleses. Joffily tem um acréscimo a esta informação: Por coincidência aquele governante, em 1928, tornou-se proprietário da área onde hoje está situado o bairro londrinense Jardim Shangri-lá.

É coerente supor que o investimento feito para a construção do Porto de Paranaguá, através de empréstimo junto ao sistema financeiro inglês, era algo benéfico para os planos da Companhia, pois criava-se a possibilidade de escoamento, via um porto paranaense, das safras produzidas em terras vendidas pela empresa.

Essa área total de 515.017 alqueires encontrava-se, até a década de 1930, recoberta pela mata nativa na sua maior parte. No entanto, isso não significa a completa ausência de atividades econômicas e núcleos habitacionais nesse período, na área adquirida. Aliás, já existiam conflitos pela posse de terras e ação de empresas colonizadoras nacionais e internacionais. Deve ser mencionada, ainda, a iniciativa do governo do Estado na ocupação do Norte do Paraná, o qual também contribuiu diretamente para a fundação de alguns municípios, como por exemplo Paranavaí. Através da FIGURA 1 é possível observar a dimensão territorial que o projeto imobiliário da Companhia Colonizadora ocupou no norte paranaense, destacando-se em relação a todos os empreendimentos de colonização acionados por outras empresas particulares.

FIGURA 1



Org. Edson S. Dias.

2.2 A considerável autonomia da CTNP/CMNP nas terras que adquiriu

A situação legal das terras em posse da CTNP merece especial atenção, pois, de acordo com LOPES (1982: 84 e 109) a maior parte da área adquirida⁶ não é qualificada como concessão, ao contrário da situação da maioria das Companhias colonizadoras, o que implicaria numa interferência maior por parte do Estado na condução do processo de ocupação da área concedida. As terras foram compradas pela Companhia diretamente do governo, não caracterizando concessão.

Infere-se, a partir disso, o grau de autonomia que a CTNP dispunha em “seu território”, tornando mais expressiva a sua política de ocupação, restringindo as ingerências estatais, a não ser pelas exigências expressas na legislação federal vigente. Segundo LOPES (1982: 111), a empresa estava isenta de apresentar seus planos para aprovação pelo governo e não tinha que se sujeitar à fiscalização dos seus serviços.

Sobre a considerável autonomia que o governo paranaense possuía para negociar e outorgar vantagens para as empresas colonizadoras, HOFF (1983: 96) escreve o seguinte:

O Estado promovia, fazia executar, mas, [sic] não criava o capital estatal para a execução. Deixava a iniciativa a grupos particulares, [sic] que faziam da colonização uma forma de acumulação do capital. O Estado, porém, tendo recebido pela Constituição de 1891, [sic] a incumbência de coordenar o domínio das terras devolutas, passou a estabelecer leis próprias que regulavam a demarcação, a aquisição e a legitimação dessas terras. O Estado, não mais a Federação, assumia o controle político da repartição das terras. Desta forma, o Estado do Paraná colaborou com as companhias particulares não concedendo diretamente o capital, mas, vendendo-lhes as terras devolutas a baixo preço com a carência de 12 anos para efetuar o pagamento total.

A CTNP chegou a pagar, em determinadas situações, até três vezes pela terra adquirida: ao governo do Paraná, às Companhias Colonizadoras brasileiras e aos posseiros. Assim procedendo, os títulos

⁶ Essa área corresponde a compra de 350 mil alqueires de terras devolutas do Estado, no ano de 1925, no valor de 8 mil réis o alqueire, com prazo de pagamento de 12 anos. O restante da área foi adquirida de outras empresas colonizadoras, que tiveram seus contratos de concessão anulados, a 60 mil réis o alqueire, com exceção dos 30 mil alqueires que seriam comprados do Estado na década de cinquenta pela então CMNP, contando com um total de aproximadamente 545.000 alqueires.

de compra da CTNP não eram contestados, sendo essa garantia de segurança ao comprador uma das estratégias de propaganda para a venda das terras. Inclusive, o *slogan* utilizado pela empresa, na divulgação de seu empreendimento, era: “Certeza de lucro e garantia do direito de propriedade colonizaram o Norte do Paraná.”

Mais do que uma estratégia de propaganda, tratava-se de um procedimento visando garantir **maior valorização de suas terras**. As terras vizinhas às da Companhia, cuja colonização foi gerenciada pelo Estado e que se encontravam mais sujeitas a litígio, eram adquiridas por preços inferiores. É o que se constata pelo seguinte depoimento (colhido de um pioneiro - morador em Cianorte), referindo-se a uma comparação entre os preços das terras vendidas pelo governo do Paraná e pela CMNP:

Terras de mesmo padrão de qualidade, as da Companhia **bem mais caras**, mas inúmeras pessoas interessadas em comprar terras, preferiam **pagar três a quatro vezes mais** por uma terra vendida pela Companhia do que uma vendida pelo Estado, exatamente, para evitar essas violências, porque elas sabiam que poderiam comprar mais barato do Estado, mas acabariam chegando lá e encontrando um terceiro ou um primeiro já estabelecido ali, com título ou sem título.⁷ [sem grifo no original]

Uma publicação da CMNP (1956: 3) que, entre outras questões, procurava justificar o baixo preço pago no momento de compra dessas terras junto ao governo do Paraná, qualificava a distância dos grandes centros, o isolamento e a possibilidade de comprar terras em litígio como as causas do preço baixo. O quadro negativo, descrito anteriormente, deveria ser revertido dentro das terras adquiridas pela Companhia, para que o seu projeto fosse apresentado como promissor. Assim, a empresa procurava ser identificada como um agente saneador dessas dificuldades e a valorização posterior das terras seria o resultado dessas ações.

2.3 A importância da ferrovia para o bom desempenho do projeto de colonização

A preocupação com a circulação de pessoas e mercadorias, objetivando garantir o sucesso do empreendimento de colonização, foi

⁷ (CIOFFI, 1995: 76).

uma constante desde as primeiras iniciativas da CTNP. Havia a necessidade de tornar o espaço fluido para que se transformasse de bem imóvel para entrar na esfera mercantil, integrando a região ao circuito produtivo nacional e exportador.

Visando atender essa necessidade, a Paraná Plantations, além da CTNP, tinha uma outra subsidiária brasileira no mercado, a **Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná**, inicialmente formada por fazendeiros paulistas, cujas ações foram compradas em 1928, quando os trilhos encontravam como última parada a cidade de Cambará, situada na fronteira com São Paulo. Essa Companhia Ferroviária, possibilitando a comunicação ferroviária com as áreas recém-colonizadas pela empresa, garantia aos compradores o escoamento da produção agrícola, valorizando ainda mais as terras vendidas. Assim, as duas subsidiárias britânicas completavam-se em seus propósitos empresariais. Sobre isso, MONBEIG (1984: 230) afirma: “A Companhia de Terras do Norte do Paraná [...] não abre oficialmente seus loteamentos aos compradores e não intensifica sua propaganda senão quando há a certeza de que eles serão atingidos logo depois pelos trilhos. É perfeita a coordenação entre a colonização e a estrada de ferro, que a segue de perto.”

A empresa estava interessada em organizar o seu empreendimento imobiliário tendo como base a expansão da malha ferroviária através da área adquirida, integrando essa área ao circuito econômico nacional, oferecendo a garantia de escoamento das safras, reduzindo o tempo de transporte das mercadorias e evitando o isolamento das pessoas interessadas em comprar um lote de terra, o que resultava numa maior eficiência econômica para a região.

Após a compra da Companhia ferroviária, a continuidade da construção da ferrovia se deu imediatamente e em 1932 os trilhos chegavam à cidade de Jataí, situada às margens do Rio Tibagi e porta de entrada para as terras adquiridas pela CTNP.

A medida que avançava o projeto de ocupação das terras da CTNP e erguiam-se as cidades, a ferrovia cortava o norte paranaense. Assim, em 1935, o trem chegava a Londrina e em 1943 a Apucarana. Quando os trilhos alcançam Maringá, em 1954, a Cia Ferroviária já pertencia ao Governo Federal (Em 1944, o Governo Federal havia comprado a Estrada-de-ferro São Paulo-Paraná da CTNP) e somente em 1973 é inaugurada a linha férrea na cidade de Cianorte, onde os trilhos encontram seu ponto final até o momento.

2.4 A compra da CTNP por capitalistas brasileiros e a diversificação de investimentos da empresa

Em 1944, durante a II Guerra Mundial, a CTNP foi comprada por empresários paulistas. De acordo com MONBEIG (1984: 239-240), a partir do final da década de trinta, o governo nacionalista de Getúlio Vargas tomou medidas que dificultaram a saída dos lucros provenientes de investimentos feitos no Brasil por estrangeiros, controlando a saída de capitais e tributando pesadamente esse tipo de ganho. Essas seriam as razões que levaram à venda da CTNP para um grupo de empresários de São Paulo.

As ações foram adquiridas pelos grupos de Gastão Vidigal (fundador do Banco Mercantil de São Paulo), Gastão de Mesquita Filho, Arthur Bernardes Filho e Irmãos Soares Sampaio. Posteriormente, os dois últimos grupos venderam a sua parte das ações para os grupos Sulamérica e Matarazzo, os quais, por sua vez, também venderam mais tarde aos dois grupos fundadores, Vidigal e Mesquita, a parcela acionária que haviam comprado, sendo que Olavo Egydio de Souza Aranha Filho, do Banco Mercantil de São Paulo, assumiu 10% da transação (CMNP, 1975: 99).

A transação envolvendo a negociação da Companhia revela um emaranhado de interesses, indicando a existência de uma complexidade maior do que é possível perceber numa primeira análise. A compra da empresa por um grupo de capitalistas brasileiros, ligados ao setor financeiro, torna evidente a estreita ligação entre o sistema financeiro, a indústria e a venda de terras, tornando-se simplismo considerar a CTNP/CMNP apenas um agente fundiário, com ações e objetivos distintos do agente financeiro ou industrial. Essa pluralidade quanto à constituição dessa empresa será abordada a seguir.

Havia a necessidade da diversificação do capital, já que a concentração ainda era prematura devido ao estágio de desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

A diversificação dos investimentos marcou uma nova fase no perfil empresarial da Companhia, que cada vez menos limitava-se à venda de terras. O nome foi alterado, no ano de 1951, para Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - CMNP, mais condizente com o novo delineamento almejado pela empresa. Essa diversificação nos empreendimentos, feita com o capital acumulado através do projeto

imobiliário, foi resultado da percepção, por parte do grupo empresarial, da necessidade de se fazer novos investimentos em outros setores, até porque a maior parte das terras já havia sido negociada.

Os novos proprietários da Companhia Colonizadora, inicialmente, perseguiram a busca do ganho através da venda de mais terras adquiridas junto ao governo, sendo que, em 1950, foi comprada a Gleba Umuarama, contando com aproximadamente 30 mil alqueires.

Ainda durante a década de cinquenta, os proprietários entraram em negociação com o governador Moisés Lupion, com o intuito de comprar mais 100 mil alqueires de área extensiva às suas terras. Para que a venda fosse efetivada, era necessária a permissão fornecida pelo Senado Federal, o que atrasou as negociações. Muitos posseiros e mesmo portadores de títulos do Estado se fixaram nas terras pleiteadas pela CTNP, fazendo com que a diretoria da empresa desistisse do negócio e usasse o capital, inicialmente destinado a comprar mais terras, como investimento em diversos empreendimentos industriais.

Nos anos cinquenta, a Colonizadora assumiu o controle acionário da Empresa Elétrica de Londrina (fornecedora de energia elétrica para Londrina e outras cidades próximas). Comprou a Cia. Agrícola Usina de Jacarezinho - produtora de açúcar. Constituiu a Cia. Cimento Portland Maringá. Tornou-se, ainda, a acionista majoritária das empresas: Cobrasma - Comp. Bras. Materiais Ferroviários; A Marítima - Cia. Seguros Gerais; Fornasa - Forjas Nacionais (produtora de tubos galvanizados) e Braseixos- produtora de peças forjadas.

Dentro dessa nova fase empresarial da CMNP, aproveitando-se dos altos preços do café no mercado, parte dos investimentos é conduzida para a estruturação dos “projetos agropecuários”, reservando-se grandes fazendas para o cultivo do café, além da criação de gado. Essa estratégia empresarial pode ser identificada através da entrevista concedida à Revista GEOSUL (1994: 146), pelo professor José P. Queiroz Neto, que oferece o seguinte depoimento: “Fui contratado pela Companhia de Terras [CMNP, no ano de 1953] que até então só vendera lotes e projetava cidades, e que resolvera montar um programa de instalação de fazendas de gado e de café. Eu fui contratado para cuidar justamente da parte do café, que começava de modo bastante tímido em comparação com a imensidão de terras que eles possuíam.”

É possível formar um quadro demonstrativo das atividades mais recentes da CMNP, até o ano de 1985, partindo de dados divulgados pela mesma em um encarte comemorativo dos sessenta anos de atuação.

Até esse ano de 1985, a Companhia dispunha de inúmeras fazendas de grande extensão, localizadas em diversos pontos da região, conforme é demonstrado na tabela abaixo:

TABELA 1 - PROPRIEDADES AGRÍCOLAS PERTENCENTES À CMNP - 1985⁸

Fazenda	extensão em ha	Município
Água do Índio	15.399,89	Cianorte
Zona 5	396,65	Cianorte
Mururê e Stª Terezinha	2.933,40	Terra Boa
Jussara	3.899,11	Jussara
Andirá	1.369,36	Andirá
Tuneira	1.117,95	Tuneira d'Oeste
Tucano	2.316,18	Tapejara
Ipiranga	1.442,32	Paranacity
Fatura	1.663,75	Paranacity
Guanabara	7.172,71	Paranapoema
Pitanga	820,86	Uniflor

Fonte: CMNP, 1925-1985: 60 anos de boa companhia, [S.I.:s.n.], 1985. Org. Edson S. Dias.

Além dessas propriedades, a empresa possuía, até aquele ano de 1985: um rebanho bovino de 52.779 cabeças de gado, uma Olaria localizada às margens do rio Ivaí, a posse da Destilaria Melhoramentos, no Município de Jussara, funcionando desde 1983, resultado de um investimento de dez milhões de dólares, contando ainda com a produção de cana e reflorestamento, além de uma Unidade de Beneficiamento de Sementes, instalada em 1971, no Município de Cianorte. (CMNP, 1985).

Não é possível informar o grau de alteração, nos dados numéricos, ocorridos no desenvolvimento dessas atividades, ao longo dos anos posteriores a 1985. No entanto, a partir das entrevistas coletadas para esta

⁸ O quadro é incompleto, pois existiam outras fazendas não mencionadas no encarte. Também é necessário acrescentar que as empresas pertencentes ao grupo não se esgotam no exposto, que apenas indica algumas das atividades da empresa que foram possíveis levantar.

pesquisa, constatamos a manutenção da empresa nas mesmas atividades.

É relevante também frisar que a CMNP ainda faz parte, desde o momento que passou para as mãos dos empresários brasileiros, do mesmo grupo do Banco Mercantil de São Paulo.

2.5 Uma colonização planejada

Conforme o plano de ação organizado pela Companhia, ainda na sua primeira fase, enquanto empresa dirigida pelos ingleses, havia três atividades principais a serem desenvolvidas:

1^a) **colonização** destinada à produção agrícola, através do loteamento das terras, onde optou-se pela divisão em pequenas propriedades agrícolas;

2^a) **construção de estradas** para possibilitar o escoamento da produção agrícola e a ligação com os núcleos de povoamento;

3^a) **implantação de núcleos urbanos** que, entre outras funções, serviriam como pólos irradiadores do empreendimento.

Para compreender como se deu a incorporação dessa parte do Norte do Paraná à economia nacional, é necessário levar em conta a importância que teve o plantio do café nessa área, enquanto cultura principal que substituía a mata nativa, conforme já foi apresentado anteriormente. Uma melhor avaliação do que significou esse projeto de colonização é possível, quando registra-se que o Norte do Paraná tinha uma população, em 1920, que representava 12,1% da população total do Estado; já em 1960 essa cifra havia elevado-se para 49,3% da população total. (LUZ, 1980: 98-99).

Quanto à implantação dos núcleos urbanos, em 1932 já chegavam grandes grupos de compradores de terras a Londrina. Eram alemães, italianos, japoneses e brasileiros, sendo que esses últimos vinham, principalmente, de Minas Gerais e São Paulo. Londrina, cidade então em formação, seria o posto avançado onde a Companhia abriria seu escritório e administraria o processo de ocupação de suas terras.

A criação de novos municípios dava-se rapidamente, nessa porção do Estado. Em poucas décadas a configuração norte-paranaense destacava-se pelo emaranhado das divisões municipais, demonstrando que toda uma rede urbana tinha se estruturado nessa região, numa fração de tempo relativamente curta, como é demonstrado pela FIGURA 2.

Mas os dados mais significativos referentes a esse empreendimento são os apresentados pela própria COMPANHIA (1975: 133):

No total,[os dados que seguem referem-se até o ano de 1975] a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná colonizou uma área correspondente a 546.078 alqueires de terras, ou 1.321.499 hectares, ou ainda cerca de 13.166 quilômetros quadrados. Fundou 63 cidades e patrimônios, vendeu lotes e chácaras para 41.741 compradores, de área variável entre 5 e 30 alqueires, e cerca de 70.000 datas urbanas com média de 500 metros quadrados.

Com relação às cidades planejadas pela Companhia, havia a pretensão de formar toda uma rede urbana hierarquizada, onde as cidades apresentariam um plano urbanístico com as seguintes características:

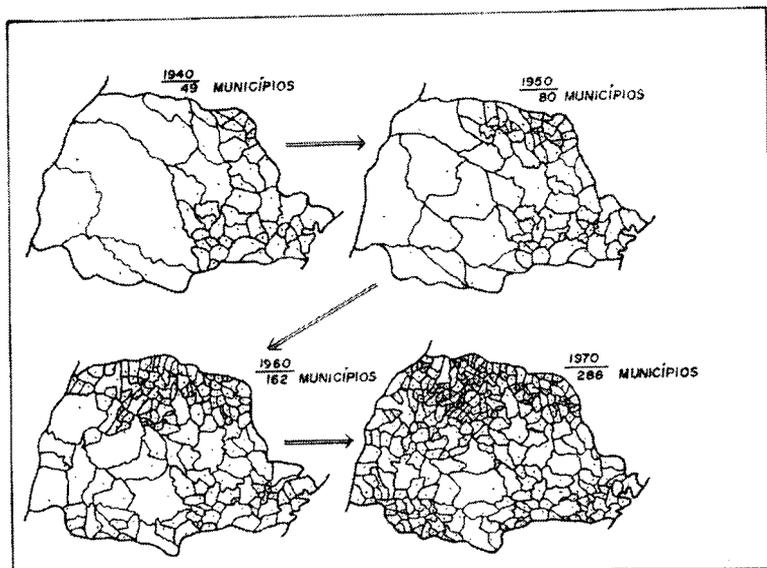
Os núcleos básicos da colonização foram estabelecidos progressivamente, distanciados cerca de 100 quilômetros uns dos outros, na seguinte ordem: Londrina [fundada em 1930], Maringá [1947], Cianorte [1953] e Umuarama [1955]. São cidades planejadas nos mínimos detalhes para se transformarem em grandes metrópoles. Por entre esses núcleos urbanos principais, fundaram-se, de 15 em 15 quilômetros, pequenos patrimônios, cidades bem menores cuja finalidade é servir como centro de abastecimento para a numerosa população rural.(CMNP, 1975: 133).

Alguns desses patrimônios planejados tornaram-se cidades com certo destaque na região norte-paranaense, como por exemplo Apucarana.

No que concerne às cidades planejadas para serem “grandes metrópoles” constata-se a ênfase propagandista da empresa, sem com isso desconsiderarmos a importância política e econômica, enquanto centros de influência regional, das cidades de Maringá e, principalmente, Londrina; porém, as cidades de Cianorte e Umuarama têm um papel mais modesto no contexto econômico do norte e noroeste paranaense. Trata-se de um processo de diferenciação entre as cidades, que vão se organizando dentro de composições econômicas e políticas particulares.

FIGURA 2.

PARANÁ: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE
MUNICÍPIOS - 1940-1970



Fonte: Marcos ALEGRE; Dalton A. MORO. *Boletim de Geografia*. Maringá: UEM, n I, 1986, p. 43. Obs. Atualmente, no ano de 2002, o Paraná conta com 399 municípios.

Naturalmente, não se pode ter o controle completo do desenvolvimento de toda uma rede urbana hierarquizada via planejamento centralizado, ainda mais considerando-se as vicissitudes de uma economia de mercado que tem sua dinâmica própria. Não deve ser desconsiderada, também, a ação do Estado, como elemento que vai proporcionar os meios de consumo coletivo, criando muitas vezes as condições necessárias para a produção econômica, interferindo através da liberação de recursos, legislação e interesses políticos. Mesmo a Companhia planejadora certamente levava em conta a influência desses fatores no processo de organização da área por ela inicialmente controlada, apesar de apresentar seu projeto de maneira otimista quanto ao encaminhamento ligado à forma original.

2.6 A busca da acumulação de Capital através da ocupação dirigida

Na implantação do seu projeto imobiliário, a CMNP optou pela venda de lotes rurais de pequenas dimensões⁹. Em nossa avaliação, essa estratégia permitia à empresa obter lucros maiores com cada lote vendido, além desse sistema ter sido necessário para atrair um grande número de pessoas para povoar essa região, estando dentro dos planos ligados, também, à urbanização.

Essa estratégia foi utilizada para construir uma imagem da empresa voltada para a resolução de questões sociais, incorporando discursos altamente ideologizados como: “E assim a democracia autêntica floresceu no Norte do Paraná, onde a iniciativa privada realizou uma verdadeira, justa e pacífica reforma agrária.” (CMNP, 1975: 151).

Dessa maneira, a empresa procurava passar uma impressão de benfeitora social, omitindo as vantagens que essa estratégia representava, bem como nada mencionava sobre o seu lucro que era líquido e certo, já que os riscos estavam nas mãos dos compradores.

Esta questão é discutida por MONBEIG (1957: 116), quando declara que a divisão em pequenas propriedades, feitas pelas grandes companhias colonizadoras, no Norte do Paraná, é resultado da avaliação das necessidades e possibilidades da clientela. Essa, constituía-se, então, por famílias de recursos modestos, possuidoras de um pecúlio mínimo para dar de entrada na compra da propriedade e obtendo o restante do recurso para o pagamento das prestações, através das colheitas de café, cuja parte do valor obtido transformava-se em renda adquirida pela CMNP, na sua busca de acumulação de capital.

Outra informação não menos importante para que possamos compreender a dimensão tomada por esse empreendimento de colonização no norte e noroeste do Paraná, diz respeito aos baixíssimos preços conferidos às terras pelo governo do Estado quando negociou com a Companhia.

Esse investimento reverteu-se em lucros fabulosos para seus

⁹ O tamanho médio das propriedades rurais era de 10 a 15 alqueires paulistas (2,42 ha), sendo poucas as propriedades vendidas que possuíam área maior que 50 alqueires. (LUZ, 1980: 130).

* Escritura lavrada às fls. 49 - Liv. 1-Táb. 3º Of. - Curitiba - em 16/10/1925.

** “DATA” é um terreno de 13 x 40 Mts² = 520 m².

financiadores, pois se o retorno já era considerável com a venda dos lotes rurais, no caso dos lotes urbanos esses mostraram-se extremamente mais vantajosos. Sobre os superlucros obtidos pela Companhia nessa operação, podemos acompanhar a avaliação de ESTRADA (1961: 55), quando relata que o governo paranaense, em 1925:

... vendeu à Companhia de Terras Norte do Paraná, por OITO MIL RÉIS o hectare, ou seja, em números redondos e na moeda atual, [o autor aqui está se referindo ao ano de 1961] VINTE CRUZEIROS (CR\$ 20,00) o alqueire.*

Sabendo-se que um alqueire paulista comporta trinta e cinco datas**, temos que o custo de cada data, para a Companhia de Terras, foi de SESENTA CENTAVOS (CR\$ 0,60).

Parece claro que, vendendo essas datas, em média, a CEM MIL CRUZEIROS cada uma, o que representa, aproximadamente, duzentas mil vezes[sic] mais o preço do custo, deva ter obtido um lucro “razoável”...

Um caso interessante da atuação marcante da Companhia, ainda nos dias de hoje, é o Município de Cianorte. A Companhia ainda detém grandes fazendas neste Município, bem como um “cinturão verde” que envolve a área urbanizada como um anel; mesmo dentro do perímetro urbano, muitas datas ainda pertencem à empresa. O nome Cianorte deu-se em alusão à Companhia. A cidade não teve a expansão econômica e populacional esperada pela CMNP¹⁰, expansão essa que, caso concretizada, reverter-se-ia certamente em maiores lucros para a empresa que ficou com a propriedade de tantos terrenos à espera de momentos oportunos para colocá-los à venda. Por isso, a Companhia, usando do seu direito de propriedade, sempre interferiu na organização espacial dessa cidade, pois estava entre seus planos edificá-la como uma das “grandes metrópoles” da região Norte-noroeste.

A interferência da Companhia no processo de produção do espaço urbano de Cianorte é emblemático no que se refere às estratégias adotadas por essa empresa, em seu projeto de colonização no Norte paranaense.

Atualmente, já transcorridos mais de setenta anos desde a fundação da empresa, a CMNP apresenta alterações nos seus objetivos e investimentos, bem como no perfil empresarial, acompanhando a

¹⁰ O município de Cianorte conta, atualmente, com uma população de 57.360 habitantes. BRASIL, IBGE - **Censo Demográfico/2000 - Dados Preliminares - Paraná.**

dinâmica da economia nacional e mundial. Mesmo considerando essas mudanças, que foram apresentadas anteriormente, a Companhia ainda possui muitas propriedades no meio rural e urbano de alguns municípios que fizeram parte do seu projeto inicial de colonização, assim como capacidade de interferência na organização espacial dos mesmos, conforme foi relatado no caso de Cianorte.

Bibliografia

- ALEGRE, Marcos; MORO, Dalton Aureo. A mobilidade da população nas antigas áreas cafeeiras do Norte do Paraná. *Boletim de Geografia*. UEM, ano 4, n^o 1 : 28-73, jan. 1986.
- BRASIL - Superint. do Desenvolvimento do Sul - SUDESUL. *Estudo para o desenvolvimento regional do noroeste do Estado do Paraná*. Curitiba : Análise e Diagnóstico Regional, vol. 2, dez. 1973.
- BUESCU, Mircea. A Missão Inglesa de 1924. *Rev. de Informação Legislativa*. Brasília : Senado Federal, ano 21, n^o 82 : 173-186, abr./jun. 1984.
- CAMBIACHI, Salette M. O povoamento do norte do Paraná. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. São Paulo : Vol. VI, tomo I, 1953.
- CANCIAN, Nadir A. *Caféicultura paranaense- 1900/1970*. Curitiba : GRAFIPAR, 1981.
- CERTEZA de lucro e garantia do direito de propriedade colonizaram o Norte do Paraná. *O Estado de São Paulo*, 15 jan. 1965. Publicidade, p.7.
- CIOFFI, Helena et. al. *Cianorte - sua história contada pelos pioneiros*. Maringá : Gráfica Ideal, 1995.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *1925 - 1985 : 60 anos de boa companhia*. [S.I. : s.n.], 1985.
- _____. *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*. Publicação comemorativa dos 50 anos da CMNP. São Paulo, 1975.
- _____. *A maior empresa colonizadora da América do Sul*. Suas realizações em mais de 30 anos de trabalho. [S.I. : s.n.], 1956, mimeog.
- DIAS, Edson dos Santos. *Atuação do agente fundiário na produção do espaço urbano - Companhia Melhoramentos Norte do Paraná: uma presença constante na cidade de Cianorte*. Florianópolis, 1998. Dissertação de Mestrado. Dept. Geografia. UFSC.
- ESTRADA, Jorge F. Duque. *Terra Crua*. Curitiba : [S.I. : s.n.], 1961.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo : Nacional, 1991.
- GEOSUL - Revista do Dept^o de Geociências. Entrevista com o professor José Pereira de Queiroz Neto. Florianópolis : EDUFSC, n. 18, ano IX - 2^osem. 1994.
- HOFF, Sandino. A ocupação do Norte. In: *Cenários de Economia e Política : Paraná*. Curitiba : Prephácio, 1991. p. 25-39.
- _____. *O movimento da produção de excedentes numa região pioneira (Nas pegadas*

- do trabalho: café e idéias). Maringá : UEM, 1983.
- JOFFILY, José. *Londres-Londrina*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.
- LOPES, Ana Yara Dania P. *Pioneiros do capital : a colonização do Norte Novo do Paraná*. São Paulo, 1982. Dissert.de Mestrado. Deptº Ciências Sociais, USP.
- LUZ, France. *O fenômeno urbano numa zona pioneira : Maringá*. Dissertação de Mestrado em História Social - Deptº de História da FFLCH-USP, São Paulo, 1980.
- MARTINS, José de S. *O cativo da terra*. São Paulo : Ciências Humanas, 1979.
- _____. *Capitalismo e tradicionalismo*. Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo : Pioneira, 1975.
- MATOS, Odilon N. de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. Campinas : Pontes, 1990.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo : Hucitec/Polis, 1984.
- _____. *Novos estudos de geografia humana brasileira*. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1957.
- MÜLLER, Nice L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo : nº 22 : 55-97, mar. 1956.
- PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica : o caso do Paraná*, São Paulo : Hucitec, 1981a.
- _____. A fronteira agrícola. *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol.1(1) : 51-75, jan./mar. 1981b.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1980.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296
297
298
299
300
301
302
303
304
305
306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333
334
335
336
337
338
339
340
341
342
343
344
345
346
347
348
349
350
351
352
353
354
355
356
357
358
359
360
361
362
363
364
365
366
367
368
369
370
371
372
373
374
375
376
377
378
379
380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397
398
399
400
401
402
403
404
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414
415
416
417
418
419
420
421
422
423
424
425
426
427
428
429
430
431
432
433
434
435
436
437
438
439
440
441
442
443
444
445
446
447
448
449
450
451
452
453
454
455
456
457
458
459
460
461
462
463
464
465
466
467
468
469
470
471
472
473
474
475
476
477
478
479
480
481
482
483
484
485
486
487
488
489
490
491
492
493
494
495
496
497
498
499
500
501
502
503
504
505
506
507
508
509
510
511
512
513
514
515
516
517
518
519
520
521
522
523
524
525
526
527
528
529
530
531
532
533
534
535
536
537
538
539
540
541
542
543
544
545
546
547
548
549
550
551
552
553
554
555
556
557
558
559
560
561
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574
575
576
577
578
579
580
581
582
583
584
585
586
587
588
589
590
591
592
593
594
595
596
597
598
599
600
601
602
603
604
605
606
607
608
609
610
611
612
613
614
615
616
617
618
619
620
621
622
623
624
625
626
627
628
629
630
631
632
633
634
635
636
637
638
639
640
641
642
643
644
645
646
647
648
649
650
651
652
653
654
655
656
657
658
659
660
661
662
663
664
665
666
667
668
669
670
671
672
673
674
675
676
677
678
679
680
681
682
683
684
685
686
687
688
689
690
691
692
693
694
695
696
697
698
699
700
701
702
703
704
705
706
707
708
709
710
711
712
713
714
715
716
717
718
719
720
721
722
723
724
725
726
727
728
729
730
731
732
733
734
735
736
737
738
739
740
741
742
743
744
745
746
747
748
749
750
751
752
753
754
755
756
757
758
759
760
761
762
763
764
765
766
767
768
769
770
771
772
773
774
775
776
777
778
779
780
781
782
783
784
785
786
787
788
789
790
791
792
793
794
795
796
797
798
799
800
801
802
803
804
805
806
807
808
809
810
811
812
813
814
815
816
817
818
819
820
821
822
823
824
825
826
827
828
829
830
831
832
833
834
835
836
837
838
839
840
841
842
843
844
845
846
847
848
849
850
851
852
853
854
855
856
857
858
859
860
861
862
863
864
865
866
867
868
869
870
871
872
873
874
875
876
877
878
879
880
881
882
883
884
885
886
887
888
889
890
891
892
893
894
895
896
897
898
899
900
901
902
903
904
905
906
907
908
909
910
911
912
913
914
915
916
917
918
919
920
921
922
923
924
925
926
927
928
929
930
931
932
933
934
935
936
937
938
939
940
941
942
943
944
945
946
947
948
949
950
951
952
953
954
955
956
957
958
959
960
961
962
963
964
965
966
967
968
969
970
971
972
973
974
975
976
977
978
979
980
981
982
983
984
985
986
987
988
989
990
991
992
993
994
995
996
997
998
999
1000